

Saem relatórios parciais sobre precatórios

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião, divulgou ontem relatórios parciais relativos aos títulos emitidos pela prefeitura de São Paulo e pelo estado de Santa Catarina. Segundo Requião, a emissão não beneficiou o estado de Santa Catarina, mas apenas o banco Vector. **Página 6**



Presidentes da Câmara dos Deputados e da Confederação Nacional da Indústria ouvem Antonio Carlos

ACM conclama sociedade a reagir à "baderna orquestrada"

Campos pede medidas contra "indústria da invasão de terras", Osmar acusa líderes do MST de tentar assaltar o poder e Suplicy promete elaborar lista de projetos do PT na área social

Proposta cria recursos para saúde pública

A área de saúde poderá ter recursos definidos de forma semelhante à educação. O senador Antonio Carlos Valadares apresentou proposta de emenda constitucional que obriga a União a destinar ao SUS 30% das receitas de contribuições sociais do Orçamento da Seguridade Social. Os estados, o Distrito Federal e os municípios, por sua vez, destinaram ao Sistema Único de Saúde 10% de suas receitas, incluídas as transferências constitucionais da União. "Se a educação é vital, o mesmo vale para a saúde", justifica o autor da proposta, que tem o apoio de 43 senadores. **Pág. 7**

Ao considerar orquestradas as campanhas de críticas ao Congresso e de incentivo às invasões de terras que vêm sendo desenvolvidas em diversos pontos do país, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, conclamou a sociedade brasileira a "reagir à baderna". Ele fez as declarações ao participar das comemorações do Dia da Indústria. No plenário, o senador Júlio Campos pediu ao governo a

adoção de medidas capazes de acabar com a "indústria da invasão de terras". Osmar Dias, por sua vez, acusou o Movimento dos Sem-Terra de tentar assaltar o poder pela "via tortuosa da desordem". Osmar garantiu que a oposição não tem propostas no Congresso sobre a reforma. Em resposta, Eduardo Suplicy prometeu fazer levantamento de todos os projetos de oposicionistas na área social. **Páginas 4 e 5**

SC dá exemplo de parceria em apoio à educação

A "autêntica cruzada educacional" resultante da parceria entre escolas particulares e públicas de Santa Catarina foi destacada pelo senador Casildo Maldaner. Conforme relato do senador, o sindicato das escolas particulares está levando aos estabelecimentos públicos os novos paradigmas da administração escolar, com fundamento na gestão da qualidade total. Com isso, a rede pública usufrui os programas antes restritos às escolas privadas. Maldaner destacou a parceria como um exemplo para todo o país, porque contribui para a melhoria da qualidade do ensino. **Página 8**

NESTA EDIÇÃO

Tebet pede mudanças na lei eleitoral

Página 2

Júnia condena prorrogação de fundo federal

Página 7

Tebet pede mudanças na lei eleitoral

"Fere a lógica e o bom senso que um governador dispute sua reeleição permanecendo no cargo e que, para se candidatar ao Senado ou à Câmara, tenha que se desincompatibilizar"

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao Congresso Nacional a reformulação da legislação que regula as inelegibilidades e as desincompatibilizações, até o próximo dia 3 de outubro. Como disse o senador, sua intenção é corrigir as distorções provocadas pela aprovação - que considerou virtual - da emenda constitucional que permite a reeleição para os cargos executivos, em três esferas de governo.



Ramez Tebet

Entende o senador que a emenda da reeleição não abraça a atual Lei Complementar 64, que trata das inelegibilidades. Ele destacou

que seria um contra-senso manter, por exemplo, o impedimento de candidaturas de parentes até terceiro grau de ocupantes de cargos eletivos: "Custo a acreditar que um governador de estado possa ser candidato à reeleição e um seu parente não possa ser candidato a posto do Poder Legislativo".

Na sua opinião, "fere a lógica e o bom senso que um governador dispute sua reeleição, permanecendo no car-

go até o último dia de seu mandato e que, para se candidatar ao Senado ou à Câmara, tenha que deixar o cargo por seis meses".

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) concordou que a emenda da reeleição não prevê a desincompatibilização e sugeriu a elaboração urgente de uma nova emenda constitucional regulamentando a lei das inelegibilidades "ou acabando, em definitivo, com ela".

Quebra do monopólio do petróleo tem vista coletiva

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva do projeto que prevê a quebra do monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética, relatado pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI). A matéria deve voltar à pauta da CCJ na reunião

da próxima quarta-feira.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse que vai apresentar nesta reunião requerimento de voto em separado para dispositivo mantido no relatório, que autoriza, segundo ele de "forma genérica", a Petrobrás a criar subsidiária. Conforme o senador, a matéria é inconstitucional e deve-



Bernardo Cabral

ria ser revista pelo Congresso.

Antes de ir a plenário, o projeto será submetido ainda à



Hugo Napoleão

apreciação das comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (26.05.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (27.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: *Projeto de Resolução nº 67/97, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor total de R\$ 125 milhões, entre o estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado; e *Projeto de Resolução nº 68/97, que autoriza o estado de Goiás a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 21.01.97, junto à Caixa Econômica.

Quarta-feira (28.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Quinta-feira (29.05.97) - Corpus Christi

Sexta-feira (30.05.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (27.05.97)

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e *Ofício Presi nº 32/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 150 milhões, equivalente a R\$ 156,9 milhões, a preços de 31.01.97, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Programa de Rodovias daquele estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (28.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Reeleição é "reforço" para FHC, diz Alcântara

Senador considera que a aprovação da emenda libertará o presidente, que, a partir de então, poderá conduzir com firmeza o processo de reforma do Estado e a retomada do desenvolvimento

Nabor destaca discurso de Iris Rezende

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem a transcrição, nos anais do Senado, do discurso proferido pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) por ocasião de sua posse como ministro da Justiça.

Segundo Nabor, o pronunciamento, "de forte conteúdo



Nabor Júnior

político e social, é a reafirmação dos compromissos históricos de Iris Rezende com a liberdade, a ordem, o respeito às leis e o atendimento às necessidades da cidadania, vindo revitalizar as esperanças de todos os brasileiros quanto ao futuro do país".

Para o senador, a posse do novo ministro é "altamente positiva para o delicado momento de consolidação democrática e de integral abertura dos negócios públicos que vivemos".

Nabor Júnior se declarou "impressionado" com as manifestações de apoio popular ao ministro, na ocasião da posse.

Otoniel é o novo senador por Goiás

Otoniel Machado, ao assumir ontem o cargo de senador, prometeu honrar e dignificar o mandato, "um bem sagrado e de inestimável valor". O novo senador por Goiás é médico, pertence aos quadros do PMDB e substituiu seu irmão Iris Rezende, que deixou o cargo para ocupar a Pasta da Justiça.

Otoniel afirmou que fará da ação parlamentar "mais um instrumento efetivo em favor das conquistas e das transformações que a sociedade brasileira tanto requer". Ele dis-

se que integra a bancada de Goiás em "perfeita sintonia" com as aspirações do Centro-Oeste, "região que se firma como a mais nova vertente da prosperidade nacional".

Em aparte, Valmir Campelo (PTB-DF) deu boas-vindas e disse acreditar que o novo senador está credenciado para preencher a lacuna deixada por Iris Rezende. Em nome do PMDB, Ramez Tebet (MS) destacou que o estado de Goiás



Otoniel

continuará bem representado. João Rocha (PFL-TO) manifestou, em nome do PFL, a satisfação com a posse do novo senador. José Roberto Arruda (PSDB-DF)

afirmou que a profissão de Otoniel sempre foi de "fé e esperança no Brasil". Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a posse de Otoniel e a escolha de Iris Rezende como ministro da Justiça representam dupla alegria.

Mauro afirma que ministro ampliará entendimento

Ao homenagear o novo ministro da Justiça, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que Iris Rezende foi convocado pelo presidente da República para "fortalecer os elos de entendimento entre o governo e o Congresso e para ajudar a dar um novo sentido à atividade política como instrumento de organização da sociedade".

O senador relatou que, ao aceitar o convite presiden-



Mauro

cial, Iris Rezende consultou e teve o aval da bancada peemedebista. O gesto, na opinião de Mauro Miranda, consolidou a posição partidária e fortaleceu os vínculos entre o governo e o PMDB.

- Iris é o PMDB no governo, sem que isso prejudique os deveres de fidelidade à orientação do presidente da República - acrescentou.

Os sucessivos escândalos que atingem importantes segmentos das instituições políticas e

lançam a atividade pública no descrédito generalizado são, no entendimento do senador, um desafio à altura de "um profissional do diálogo" como o novo ministro. Para Mauro, o bom senso de Iris Rezende, assim como o pleno domínio que tem sobre o alcance de suas responsabilidades, apontam para soluções de consenso.

A expectativa do senador sobre a gestão de Iris Rezende à frente da Pasta da Justiça é de que honrará Goiás e o Senado.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que a aprovação da emenda da reeleição representa um "reforço político" para que o presidente Fernando Henrique Cardoso possa conduzir com a firmeza necessária "todo o processo de reforma do Estado, de modernização do Brasil, de retomada do crescimento e de resgate da dívida social, que ainda é muito grande".

Lúcio Alcântara entende que a tolerância, a capacidade de diálogo e a visão dialética da política do presidente Fernando Henrique Cardoso são virtudes que o tornam capaz de conduzir as transformações que a sociedade brasileira espera, "dentro de um regime democrático, com o Congresso



Alcântara

aberto, as organizações partidárias desenvolvendo seus trabalhos, uma imprensa livre e com todas as correntes políticas tendo acesso aos meios de comunicação e à liberdade de expressão".

Conforme garantiu, a aprovação da emenda libertará de certa forma Fernando Henrique Cardoso, que, a partir de então, não terá de aceitar pressões "tanto dos que desejam um programa ortodoxo como dos que criam dificuldades para impedir o exercício livre do poder da Presidência da República".

Em aparte, Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a aprovação da emenda da reeleição é uma decisão democrática do Congresso, que não assegura, antecipadamente, a vitória de Fernando Henrique na próxima eleição. Júnia Marise (PDT-MG) pediu uma participação maior da sociedade nas discussões sobre as reformas da Previdência e Administrativa.

Campos pede medidas contra "indústria da invasão"

Senador denuncia a existência de "histórias escabrosas" de superfaturamento na desapropriação de fazendas e conclama governo a acabar com "ninho de mafiosos" do Incra



Guedes Tourinho faz exposição na reunião presidida por Nabor, tendo Ademar como relator

Superintendente da Sudam expõe atividades na Comissão da Amazônia

A Comissão Temporária da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), reuniu-se ontem para ouvir o superintendente da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), José Guedes Tourinho, que fez exposição sobre a atuação do órgão.

Tourinho disse que baixou várias portarias para ampliar o elenco de atividades econômicas consideradas de maior relevância para o desenvolvi-

mento da Amazônia. E lembrou que a Sudam está buscando parceria com os setores público e privado, com vistas à implantação de políticas para a indústria, a agroindústria, a educação e o turismo.

PROJETOS

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), relator dessa comissão, que busca definir políticas para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, afirmou que a Sudam não desenvolve ações

voltadas para o povo da região, mas sim para o setor empresarial. Ele ressaltou não entender como pode a Sudam aplicar R\$ 20 milhões numa única empresa, em vez de distribuir essa verba a milhares de projetos menores e mais baratos.

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou a visão "paternalista" da Sudam e condenou o que considera como má distribuição dos recursos do órgão.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro de Assuntos Fundiários, Raul Jungmann, medidas para acabar com o "ninho de mafiosos" do Incra e com a "indústria da invasão de terras" no país. Ele elogiou a "coragem" do jornal *O Estado de S. Paulo* de publicar, ontem, editorial intitulado "A indústria da reforma agrária".

Júlio Campos leu o editorial, segundo o qual o presidente do Incra, Nestor Fetter, reconhece que o órgão não tem controle sobre os recursos destinados a assentamentos e acampamentos. O senador disse que "histórias escabrosas" de superfaturamento na desapropriação de fazendas vêm ocorrendo, e os dois fatos se juntam a um amplo espectro de irregularidades.

Júlio Campos

Essa situação, no entendimento de Campos, caracteriza "que a indústria da reforma agrária no país não existe apenas no Tocantins, Goiás e Pará como afirma o jornal em seu editorial". Caso semelhante acontece também em Mato Grosso, onde a corrupção é geral e o que se vê são escritórios de maracutaia ligados a grupos políticos, afirmou.

Na opinião de Júlio Campos, providências precisam ser tomadas, porque "milhões de reais em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) em todo o país estão se escoando pelo ralo da corrupção, por meio do Incra".

Em aparte, o senador José Alves (PFL-SE) se solidarizou com Júlio Campos e disse que essa situação reflete a falta de uma política coerente do governo no setor agrícola "e exige uma atitude imediata do ministro Raul Jungmann".

Oposição pede para convocar chanceler

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar contas à Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional dos entendimentos mantidos recentemente, em Belo Horizonte, para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Depois de manifestar apoio às posições apresentadas pelo governo brasileiro durante as reuniões de Belo Horizonte, Suplicy voltou a afirmar que os entendimentos para criação da Alca devem incluir o livre trânsito de trabalhadores entre os países americanos, e não apenas a movimentação de mercadorias e capitais.

Na opinião do senador paulista, é inaceitável a posição

dos Estados Unidos de impedir a presença de Cuba nas negociações da Alca. "As preocupações com a democracia e os direitos humanos não têm impedido que o governo americano mantenha entendimentos com a China. As agressões à democracia praticadas pelo governo Fujimori também não levaram à exclusão do Peru do processo de negociação da Alca," ressaltou.

ACM convoca sociedade a reagir à "baderna"

Presidente do Senado diz que críticas ao Congresso e campanhas a favor de invasões rurais e urbanas são ações "orquestradas", e defende que os responsáveis sejam processados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou ontem a sociedade brasileira a "reagir contra a baderna", e acusou de "orquestradas" as campanhas de críticas ao Congresso Nacional e de incentivo às invasões urbanas e rurais que vêm sendo desenvolvidas em todo o país.

Na avaliação do parlamentar, que comentou - em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI) - recentes declarações de líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), as posturas "de instigação a atos ilegais" devem ser imediatamente respondidas



Antonio Carlos recebe do senador Fernando Bezerra a "Agenda Legislativa"

com processos por crimes contra a segurança nacional. A direção da CNI reuniu empresários para comemorar o Dia da Indústria, marcando a data com a entrega aos presidentes da Câmara e do Senado da publicação "Agenda Legislativa da Indústria".

No entender de Antonio

Carlos, a "baderna orquestrada" apenas vem agravar as dificuldades que o país e o povo enfrentam. O senador conclamou trabalhadores, empresários, governo e políticos ao desenvolvimento de uma "agenda positiva" que ofereça respostas aos desafios econômicos, políticos e sociais brasi-

leiros, enquanto se repudia a violência e o tumulto.

FERNANDO BEZERRA

Na solenidade comemorativa do Dia da Indústria, que contou com a participação dos senadores Beni Veras (PSDB-CE), Emília Fernandes (PTB-RS), Valmir Campelo (PTB-DF) e Geraldo Melo (PSDB-RN), além do presidente do Senado, do presidente da Câmara, Michel Temer, e de diversos deputados, o presidente da Confederação Nacional da Indústria e também senador, Fernando Bezerra (PMDB-RN), destacou o compromisso do empresariado nacional com o apoio ao Congresso. Os empresários, segundo o senador, reconhecem a importância do Parlamento e do seu trabalho para reduzir o "custo Brasil" e acelerar a inserção da nossa economia no cenário mundial.

Osmar afirma que MST usa filiado contra o poder

Considerando legítimo o movimento, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que lideranças de movimentos sociais, como o MST, usam seus filiados "para assaltar o poder pelas vias tortuosas da desordem, da desobediência cívica, pela subversão da ordem". Osmar disse que o MST não apresentou alternativas para o problema da reforma agrária.

O senador informou que as oposições não têm, no Senado, um projeto sobre reforma agrária. E elogiou as respostas dadas pelo presidente Fernando Henrique às recomendações, feitas na véspera pelo líder do MST João Stédile,



Osmar Dias

de que "quem não tem casa deve invadir um lote; quem não tem terra invade uma".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) condenou a invasão de uma fazenda, no Paraná, com a morte de um empregado. E sustentou que as oposições apresentaram projetos sobre reforma agrária, citando um, da senadora Marina Silva (PT-AC) e outro, do deputado Domingos Dutra.

Também em aparte, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, ponderou que atos de sem-terra e de pequenos agricultores, como invasão de ministério, "são expressam falta de cidadania".

Suplicy: PT vai fazer lista de projetos sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou, no final da sessão, que o seu partido vai enviar uma carta ao senador Osmar Dias (PSDB-PR) com a lista dos projetos que as oposições apresentaram na área social, incluindo a reforma agrária. Além de um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) e outro do deputado Domingos Dutra, Suplicy lembrou uma proposta da deputada Luci Choinaki.

- O meu projeto sobre renda mínima também é uma contribuição à melhoria social no país - disse. Suplicy sustentou que João Pedro Stédile, um dos coordenadores do MST, fez suas reco-



Eduardo Suplicy

mendações, em entrevista à imprensa, ao ser interrogado sobre a violência ocorrida em São Paulo, quando três pessoas morreram durante ação da PM para desocupar um conjunto habitacio-

nal. - O sentimento de João Pedro Stédile foi o de solidariedade aos trabalhadores do Movimento dos Sem-Teto. Ele respondeu que todos aqueles excluídos deveriam organizar-se. Ele não disse - como se quis atribuir-lhe - para os que têm fome saquearem os supermercados, mas para se postarem diante deles, chamando a atenção para sua condição - afirmou o senador petista.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Relatório parcial aponta desvio de recursos

Segundo Roberto Requião, apenas 23% da dívida de R\$ 3,6 bilhões proveniente das seis emissões realizadas pela prefeitura de São Paulo foram utilizados para os devidos fins

O relatório parcial da CPI dos Precatórios referente aos títulos emitidos pela prefeitura de São Paulo conclui que a dívida atual, proveniente das seis emissões realizadas, corresponde a R\$ 3,6 bilhões e que apenas 23% desse valor foram utilizados para os devidos fins.

"O restante foi conseguido por meio de manobras de cálculos e estimativas feitas pela Secretaria de Finanças da prefeitura, que objetivava a emissão da maior quantidade possível de letras", diz o texto divulgado ontem pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Em resumo, 76,61% da dívida oriunda da emissão de precatórios do município de São Paulo, correspondente a R\$ 2,8 bilhões, teriam sido obtidos inconstitucionalmen-

te, por não se enquadrarem no artigo 33 das Disposições Constitucionais Transitórias, que autoriza esse tipo de operação. Conforme o relator, esses recursos estão no Fundo de Liquidez da prefeitura e correm o risco de ser utilizados para outros fins, a menos que existam outros papéis ali para resgate.

Requião concluiu que essa parcela de R\$ 2,8 bilhões da dívida "pesa sobre o povo do município de São Paulo, ou pesará sobre todo o povo do país, se a mesma vier a ser federalizada". E sugere que ela seja resgatada na forma da lei vigente, sem prejuízo do aprofundamento

da investigação e demais medidas que devem ser adotadas pelos órgãos legais de controle da coisa pública, principalmente pela Câmara de Vere-

tivamente pago, levantado pelo Tribunal de Contas do município. E conclui que "a prefeitura de São Paulo pagou a mais do que pagaria se tivesse corrigido os precatórios de acordo com a tabela".

REQUERIMENTO

Também ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou um requerimento para que o Tribunal de Contas do município de São Paulo realize auditoria a fim de levantar todos os officios complementares que determinavam a incorporação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) de janeiro de 1989 a fevereiro de 1996 ao cálculo das parcelas anuais de precatórios pagos pela prefeitura no mesmo período. Suplicy pede ao tribunal que encaminhe à CPI o resultado dessa auditoria até 3 de junho de 1997.



Roberto Requião

dores, o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

O relatório menciona tabela recomendada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para calcular valor de precatório, e aponta uma diferença entre o total de precatórios atualizados pela tabela e o total efe-

Senador diz que títulos não beneficiaram SC

O relatório parcial da CPI dos Precatórios referente a Santa Catarina afirma que, apesar de os títulos emitidos pelo governador Paulo Afonso não terem representado nenhuma entrada de recursos para o estado, "significaram ganho de quase R\$ 20 milhões para o banco Votor", contratado para colocá-los no mercado. Diz também que a sucessão de atos destinados a esse lançamento de papéis burlou a resolução do Senado que o autorizava, para "apressar uma emissão de títulos compro-

Operação custou 19,85% do total da emissão

vadamente fraudulenta".

Amparado em dados do Banco Central, o relatório divulgado ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirma que, da emissão total de R\$ 605,1 milhões, 14,34%, ou seja, R\$ 86,8 milhões, foram dados em forma de deságio aos compradores dos títulos. Outros 5,5% (R\$ 33,2 milhões) foram pagos ao banco Votor a título de "taxa de sucesso". Assim, concluiu o relator, a operação teve um custo de R\$ 120,1 milhões, ou seja, 19,85% do total da emissão.

Ele ressaltou que Santa Ca-

tarina não conseguiu compradores definitivos para 59,41% do total emitido, estando esses títulos sendo financiados diariamente pelo Fundo de Liquidez do estado. "Isso significa que o dinheiro arrecadado, ao invés de pagar precatórios, está sendo utilizado para conceder empréstimos a supostos compradores de títulos".

Requião explicou que a CPI recomendou ao Banco Central que sustasse tais operações, mas alertou para o fato de que elas continuam a ser realizadas informalmente, sem registro na Cetip (Central de Registro de Títulos Públicos) e à revelia dessa instituição financeira. O relator também concluiu que, dos R\$ 485 mi-

lhões que o Fundo de Liquidez deveria receber pelos títulos, na verdade está financiando diariamente R\$ 350,8 milhões, restando líquidos para o estado apenas R\$ 134,2 milhões.

Segundo Requião, esses R\$ 134 milhões, que deveriam ser destinados unicamente ao pagamento de precatórios pendentes em 5 de outubro de 1988, como determina a Constituição, foram para o caixa geral do estado. E, conforme informação recebida do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, somente R\$ 2 milhões foram efetivamente utilizados para pagar precatórios enquadráveis nas exigências constitucionais.

Valadares quer garantir verbas para o SUS

À semelhança do que ocorre com a educação, proposta do senador estabelece destinação constitucional de recursos para a saúde vinculada às receitas da União, DF, estados e municípios

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) estabelecendo a participação da União, estados e municípios no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A PEC recebeu o apoio de 43 senadores, número bem superior aos 27 necessários, registrou o senador.

À semelhança do que dispõe a Constituição para a área de

educação, Valadares propôs que a União destine ao SUS 30% das receitas de contribuições sociais do Orçamento da Seguridade Social. O DF, os estados e municípios destinariam ao sistema 10% de suas receitas, incluídas as resultantes de transferências constitucionais da União. "Se a educação é vital, o mesmo vale para a saúde", argumentou o senador.

Valadares defende que só por



Antonio Carlos Valadares

meio da obrigatoriedade constitucional é que se conseguirão os recursos necessários ao bom funcionamento do SUS, pois, segundo afirma, os repasses de dotações previstas no Orça-

mento são sempre adiados e não fluem como deveriam.

Ao destacar, em aparte, a precariedade da situação das santas casas de misericórdia, Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou a alocação permanente de recursos federais, estaduais e municipais ao SUS. Bernardo Cabral (PFL-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentaram Valadares pela iniciativa.



Ney Suassuna

Suassuna busca apressar votação do Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou ontem que ele e o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Sarney Filho (PFL-MA), "estão indo de ministério em ministério para garantir que o Executivo antecipe o envio do Orçamento para 1998 em pelo menos 15 dias".

Assim, ao invés de 31 de agosto, a comissão poderia iniciar a tramitação do projeto no dia 15. Suassuna pretende votar o Orçamento até 15 de dezembro. Ontem, os dois parlamentares estiveram em audiência com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, "que assegurou o máximo empenho no atendimento do pedido da comissão".

Suassuna anunciou que irá procurar, em seguida, o presidente da Câmara, Michel Temer, para pedir maior rapidez na tramitação naquela Casa do projeto de lei complementar sobre as finanças públicas.

Júnia Marise é contra a prorrogação do FEF

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) manifestou-se ontem contra a aprovação da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que tramita na Câmara dos Deputados. A seu ver, a proposta "agride a Constituição, contrapõe-se ao pacto federativo e menospreza estados e municípios".

De acordo com a senadora, o FEF "nada mais é do que um artifício que retira recursos dos estados e municípios para atender à voracidade do governo central". Na sua opinião, o governo, além de não ter implementado uma política de redução das desigualdades regionais, vem contribuindo para que essas se avolumem, ampliando o hiato entre as regiões mais desenvolvidas e as mais atrasadas.

Júnia Marise lembrou que o FEF não retira recursos "apenas dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, mas também dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Cen-

tro-Oeste", recursos estes que, segundo a Constituição, deveriam ser aplicados no setor produtivo para minimizar as diferenças regionais.

A senadora entende que, com a prorrogação do FEF, o governo federal "pretende continuar usurpando recursos para resolver seus problemas de caixa".

- A pretexto de garantir a estabilização econômica, o Poder Executivo pretende manter uma desvinculação de 20% dos recursos orçamentários que devem ser repassados aos estados e municípios e fundos constitucionais - afirmou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou com a senadora, afirmando que os recursos dos fundos constitucionais, em especial os do Fundo do Centro-Oeste, deveriam ser direcionados ao setor produtivo brasileiro, com uma taxa de juros compatível com a necessidade da classe empresarial.



Júnia Marise



Odacir Soares

"Plante Café" em Rondônia, propõe Odacir Soares

O senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que o momento é oportuno para o incentivo do plantio de café em Rondônia, em vista da diminuição de 20 milhões para 8 milhões de toneladas dos estoques desse produto nas nações que o consomem.

Por essa razão o senador considera da maior importância que a Embrapa e a Emater em Rondônia trabalhem em esforço participativo para permitir ao estado, "que já é o quarto produtor brasileiro de café", desenvolver o seu potencial e atingir o objetivo de plantar 100 milhões de mudas no ano agrícola 96/97, incluindo no programa "Plante Café".

Segundo Odacir, a importância da cafeicultura de Rondônia não se baseia apenas no aspecto econômico, mas, principalmente, no aspecto social, pois a área cultivada com cafezais se distribui por 38 dos 52 municípios existentes no estado.

Parceria na educação entusiasma Maldaner

Cooperação entre escolas privadas e públicas, em Santa Catarina, no sentido de difundir novos paradigmas para um ensino de qualidade, é um exemplo a ser seguido, conforme senador

Hilda Simões lança romance no Senado

A escritora gaúcha Hilda Simões Lopes lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o livro *A Superfície das Águas*. A obra é um romance histórico-político baseado nos arquivos do avô da autora, o ex-senador Augusto Simões Lopes.

Na solenidade, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que o livro resgata parte da história do Rio Grande do Sul e do Brasil ao trazer à memória fatos que a história tradicional não conta, relatados em discursos de Augusto Simões Lopes.

Hilda Simões Lopes disse ter buscado, nesse seu primeiro romance, caracterizar a alma do gaúcho. "É uma obra de ficção, um romance de costumes, mas tem como pano de fundo a história política desde a Revolução de 30 até a ditadura militar", assinalou.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou ontem o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (Sinepe) pela "autêntica cruzada educacional" que vem realizando em parceria com as escolas públicas do estado. Para ele, essa cooperação é um exemplo para todo o país porque contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo Maldaner, a entidade, por meio de projetos organizados, incrementa a produção educacional e difunde os



Casildo Maldaner

novos paradigmas da administração escolar, com fundamento nos princípios da gestão com qualidade total. "Com a parceria, o Sinepe contribui de forma eloqüente para que as

escolas públicas possam usufruir dos mesmos programas de aperfeiçoamento proporcionados às escolas particulares", garantiu. Conforme o senador, a decisão do sindicato de atuar em parceria com os organismos públicos deve-se à noção de que "educação é requisito básico para o fim das desigualdades".

Rocha homenageia o Dia da África, em nome de Abdias

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) homenageou ontem o Dia Internacional de Solidariedade aos Povos da África, considerado o Dia da África, instituído pela ONU em 1972. Ele falou em nome do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que participa de uma conferência em Paris.

Sebastião Rocha leu a análise histórica, feita por Abdias Nascimento, dos 500 anos de exploração do continente afri-

cano por nações européias.

Segundo Abdias, o Brasil, na condição de maior nação africana fora da África, deve cultivar parcerias "na luta comum contra a pobreza e pelo desenvolvimento" com os países daquele continente.



Sebastião Rocha

Conforme salientou Abdias Nascimento, essas alianças trazem promissoras possibilidades para a reformulação das bases de desenvolvimento econômico recíproco.

ACM participa de comemorações do Descobrimento

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participará hoje de reunião da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, que será realizada em Porto Seguro (BA).

Criada por decreto do então presidente Itamar Franco, em 1993, a comissão, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, é composta por membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além do senador Antonio Carlos Magalhães, participa como representante do Senado o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O local em que os portugueses desembarcaram, conforme descrição feita por Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, recebeu o nome de Museu Aberto do Descobrimento e será palco de várias comemorações cívicas relacionadas ao V centenário do descobrimento do país. Entre os projetos a serem analisados pela comissão, está a construção de um portal para o museu, idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E JOÃO ROCHA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.